

**Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)**



**Gestão,
Avaliação
e Inovação
no Ensino
Superior**

Atena
Editora

Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Gestão, Avaliação e Inovação no Ensino Superior

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G393	Gestão, avaliação e inovação no ensino superior [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-687-4 DOI 10.22533/at.ed.874190810 1. Engenharia de produção – Planejamento. 2. Universidades e faculdades – Administração. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. CDD 378
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Antes de efetuar a apresentação do volume em questão, deve-se considerar que a reflexão sobre o processo de inovação no setor educacional envolve uma série de componentes que, da perspectiva da Engenharia de Produção, são sistematizados e possibilitam um considerável diferencial competitivo. A sedimentação deste processo no planejamento estratégico e na prospecção na área educativa depende da postura dos gestores e da equipe de profissionais, que devem promover a quebra de paradigmas e a constituição de um novo modelo em um cenário em constante mutação.

O primeiro volume, com 28 capítulos, é constituído com estudos contemporâneos relacionados aos processos de **Organização, Gestão e Avaliação**, além das áreas de **Capacitação Universitária, Deserção Acadêmica, Narrativas Digitais, e Metodologia Ativa** como processo de **Inovação na área da Educação**.

A inclusão da gestão da inovação nas instituições educacionais prevê a prospecção de algumas regras para a adequação do modelo de negócio, incentivado e balizado nos indicativos de proposição de valor, cadeia de suprimentos e nas características do cliente-alvo que garantem o sucesso de todo o processo. Além desses parâmetros de adequação, é necessário atingir um alto nível de envolvimento dos gestores e da equipe de docentes e técnicos para a implementação da inovação na organização.

Além disso, os estudos científicos sobre o desenvolvimento acadêmico envolvendo procedimentos **Inovadores no âmbito da Educação** mostram novos direcionamentos para os estudantes, quanto à sua formação e inserção no mercado de trabalho, além da contribuição acadêmica e científica.

Podemos notar que o Setor Educacional se encontra em processos de mudanças paradigmáticas, fomentadas tanto pelas exigências socioculturais de reconfiguração dos modos de produção do conhecimento científico e tecnológico quanto pelas demandas externas do mundo globalizado.

Diante dos contextos apresentados, o objetivo deste livro é a condensação de extraordinários estudos envolvendo desde a Educação Básica e de Ensino Superior até as novas Metodologias que vêm sendo aplicadas buscando novos modelos de inovação que de forma conjunta através de ferramentas que transformam a **Organização, Gestão, Avaliação e Inovação no Ensino Superior** um diferencial na formação de conhecimento.

A seleção efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor educacional.

Deve-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas apresentadas, são os mais abrangentes, o que promove um olhar diferenciado na ótica da Transformação dos Segmentos direcionados à Educação, ampliando os conhecimentos acerca dos

temas abordados.

Finalmente, esta coletânea visa colaborar ilimitadamente com os estudos empresariais, sociais e científicos, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos extraordinários referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários produtivos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema.

Aos autores dos capítulos, ficam registrados os **Agradecimentos da Organizadora** e da **Atena Editora**, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços científicos do tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e inovações, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área de **Inovação**.

Boa leitura!!!!

Jaqueline Fonseca Rodrigues

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCRITA DOCENTE COMO ESTRATÉGIA PARA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA	
<i>Patricia Pinto Wolffenbuttel</i> <i>Patricia Thoma Eltz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908101	
CAPÍTULO 2	12
A INFLUÊNCIA DO TRABALHO NA SAÚDE DOCENTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES PUBLICADAS SOBRE O TEMA NA ANPED	
<i>Alyson Fernandes de Oliveira</i> <i>Dalva Eterna Gonçalves Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908102	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN DE LA COOPERACIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN EN LAS UNIVERSIDADES PARAGUAYAS A PARTIR DEL CONGRESO DE EDUCACIÓN SUPERIOR: REALIDAD Y DESAFÍOS, DEL AÑO 2015	
<i>José B. Villalba</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908103	
CAPÍTULO 4	37
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA DISCIPLINA DE DIVERSIDADE, CIDADANIA E DIREITOS	
<i>Jadir Gonçalves Rodrigues</i> <i>Elton Anderson dos S. Castro</i> <i>Sônia Bessa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908104	
CAPÍTULO 5	49
AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: SEMELHANÇAS E DESAFIOS	
<i>Simone Beatriz Rech Pereira</i> <i>Vialana Ester Salatino</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908105	
CAPÍTULO 6	61
CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS: TECENDO REDES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR	
<i>Joice Nunes Lanzarini</i> <i>Flávia Fernanda Costa</i> <i>Eduardes Teresinha Klafke</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908106	
CAPÍTULO 7	73
DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA À CAPACITAÇÃO NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA MULTICAMPI	
<i>Kleber Monteiro Pinto</i> <i>Carla Liane Nascimento dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908107	

CAPÍTULO 8	86
DESERÇÃO ACADÊMICA EM ALUNOS PARA PROFESSOR DE MATEMÁTICA	
<i>Lina Fernanda Martin Vargas</i>	
<i>Ramiro Rodríguez Mendoza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908108	
CAPÍTULO 9	94
ENGAGEMENT ACADÊMICO: PERSPECTIVAS E PROPOSIÇÕES TECNOLÓGICAS EM CURSO	
<i>Rosa Maria Rigo</i>	
<i>Maria Inês Côrte Vitória</i>	
<i>J. António Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8741908109	
CAPÍTULO 10	105
ENGAGEMENT NO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS DISCENTES QUE CONTRIBUEM PARA A IMPLANTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS	
<i>Carla Tatiana Moreira do Amaral Silveira</i>	
<i>Maria Inês Cortê Vitória</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081010	
CAPÍTULO 11	114
ENGAJAMENTO DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA REDE DE PESQUISA COLABORATIVA UNIVERSIDADE-ESCOLA	
<i>Maria do Rozario Gomes da Mota Silva</i>	
<i>Cláudia Simone Almeida de Oliveira</i>	
<i>Sérgio Paulino Abranches</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081011	
CAPÍTULO 12	126
ENSINO EM ENFERMAGEM MEDIADO POR INTERFACES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: PERCEPÇÕES DE PROFESSORES E ESTUDANTES	
<i>Cintia Bastos Ferreira</i>	
<i>Luís Paulo Leopoldo Mercado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081012	
CAPÍTULO 13	139
ESCOLA DA TERRA: A FORMAÇÃO DOCENTE COMO ESPAÇO REFLEXIVO NA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE EXTENSÃO, ENSINO E PESQUISA	
<i>Darli Collares</i>	
<i>Paulo Peixoto de Albuquerque</i>	
<i>Nina Rosa Ventimiglia Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081013	
CAPÍTULO 14	151
EXPERIÊNCIAS DE USUÁRIOS SURDOS A RESPEITO DA ACESSIBILIDADE E USABILIDADE DA PLATAFORMA ACESSÍVEL (PLACE) NA MODALIDADE EAD	
<i>Camila Guedes Guerra Goes</i>	
<i>Lucila Maria Costi Santarosa</i>	

Alvina Themis Silveira Lara

DOI 10.22533/at.ed.87419081014

CAPÍTULO 15 163

METODOLOGIA ATIVA

Ancila Dall'Onder Zat

DOI 10.22533/at.ed.87419081015

CAPÍTULO 16 172

METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Adelcio Machado dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.87419081016

CAPÍTULO 17 181

NARRATIVAS DIGITAIS PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO SUPERIOR: QUAL A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES?

Ernandes Rodrigues do Nascimento

Fábio Leandro Melo Ramos dos Anjos

Karla Karina Oliveira Menezes

Gregório Batista Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.87419081017

CAPÍTULO 18 198

O ENSINO HÍBRIDO E A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Christian Guimarães Severo

DOI 10.22533/at.ed.87419081018

CAPÍTULO 19 208

O PROFESSOR INOVADOR: MITOS SOBRE A DOCÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Laura Habckost Dalla Zen

Ana Lúcia Souza de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.87419081019

CAPÍTULO 20 218

PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA: A PESQUISA EM SALA DE AULA COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA EMERGENTE PARA A QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Maria Janine Dalpiaz Reschke

DOI 10.22533/at.ed.87419081020

CAPÍTULO 21 230

PERCEPÇÃO DISCENTE ACERCA DA UTILIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA O ENSINO DE FISIOLOGIA EM CURSOS MÉDICOS

Luiz Fernando Quintanilha

DOI 10.22533/at.ed.87419081021

CAPÍTULO 22	239
PROGRAMA PEDAGÓGICO DE ENSINO-APRENDIZAGEM ENTRE DISCENTE E DOCENTE NA FASURGS	
<i>Chaiane Cássia Giacomoni Simor</i>	
<i>Janete Jacinta Lupatine Presser</i>	
<i>Morgana Gabriel Toson</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081022	
CAPÍTULO 23	250
REDES DE DESENVOLVIMENTO EM HABILIDADES ACADÊMICAS (REDHAC): POSSIBILIDADES DE PERTENCIMENTO E PROTAGONISMO ACADÊMICO	
<i>Ieda Lourdes Gomes de Assumpção</i>	
<i>Franciele da Silva Gastal</i>	
<i>Fabiane Perez</i>	
<i>Patricia Haertel Giusti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081023	
CAPÍTULO 24	259
ROUNDS CLÍNICOS: EXPERIÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	
<i>Claudia Capellari</i>	
<i>Mariele Cunha Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081024	
CAPÍTULO 25	266
TECNOLOGIA E SAÚDE: FORMANDO MÉDICOS HUMANOS	
<i>Ana Laura Schliemann</i>	
<i>Adriano Chiereghin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081025	
CAPÍTULO 26	277
UNA ARQUITECTURA INTEGRADA DE TECNOLOGÍAS DIGITALES PARA LA EDUCACIÓN EN LÍNEA	
<i>Gerardo Quiroz Vieyra</i>	
<i>Luis Fernando Muñoz González</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081026	
CAPÍTULO 27	292
UNIVERSIDADE E PESSOAS COM DEFICIENCIA: CONSTRUINDO ESPAÇOS DE TRABALHO	
<i>Ana Laura Schliemann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081027	
CAPÍTULO 28	303
USO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA O AUXÍLIO DO ENSINO: O ESTUDO DE CASO DA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	
<i>Rafael de Azevedo Palhares</i>	
<i>Darly Dayanne da Silva dos Santos</i>	
<i>Natália Veloso Caldas de Vasconcelos</i>	
<i>Sarah Sunamyta da Silva Gouveia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.87419081028	

SOBRE A ORGANIZADORA.....315

ÍNDICE REMISSIVO316

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: SEMELHANÇAS E DESAFIOS

Simone Beatriz Rech Pereira

Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-
Graduação em Educação
Caxias do Sul – Rio Grande do Sul

Vialana Ester Salatino

Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-
Graduação em Educação
Caxias do Sul – Rio Grande do Sul

RESUMO: A avaliação é a temática comum das duas pesquisas contempladas nesse artigo. Tal síntese objetiva a percepção de semelhanças e desafios encontrados na prática avaliativa e identifica nuances em ambos os níveis de educação. A partir das leituras realizadas, estão sendo investigadas as concepções de aprendizagem presentes nas práticas avaliativas, envolvendo a educação básica e superior. Em níveis de escolarização diversos, a avaliação é geradora de discussões, pois revela as visões – dos professores e das instituições – que contribuem para a formação de uma sociedade emancipada e autônoma. A metodologia utilizada para este trabalho envolve dois estudos de caso e baseia-se na análise teórico/bibliográfica, que apresenta e discute a avaliação nos âmbitos da educação básica e superior, com base em uma fundamentação teórica que conta com diferentes autores que discutem a avaliação e suas concepções.

A avaliação, por sua vez, tem como característica, contribuir para a evasão escolar na educação básica, principalmente de nível médio e, para as desistências nos cursos de graduação. Os estudos apontam a importância da democratização da educação, com uma educação de qualidade e práticas avaliativas formadoras de cidadãos emancipados, autônomos e participantes ativos da sociedade. Os professores são os legitimadores desse sistema, por isso, considera-se sua formação não menos importante e admitindo a junção dessas pesquisas, constam resultados parciais, que apontam na direção da necessidade de uma avaliação adequada que contribui para a chegada dos alunos na educação superior e nessa, uma avaliação justa também contribui para melhorias e mudanças na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação da Aprendizagem; Educação Básica; Educação Superior; Concepções Avaliativas; Democracia.

ABSTRACT: Evaluation is the common theme of the two researches contemplated in this article. Such a synthesis aims at the perception of similarities and challenges found in the evaluation practice and identifies nuances at both levels of education. From the readings carried out, the learning conceptions present in the evaluation practices, involving basic and higher education, are being investigated.

At various levels of schooling, the evaluation is a source of discussion because it reveals the visions - of teachers and institutions - that contribute to the formation of an emancipated and autonomous society. The methodology used for this work involves two case studies and is based on the theoretical / bibliographic analysis, which presents and discusses the evaluation in the areas of basic and higher education, based on a theoretical foundation that counts with different authors who discuss the evaluation and their conceptions. The evaluation, in turn, has as a characteristic, to contribute to school dropout in primary education, especially at the secondary level, and to drop out of undergraduate courses. The studies point to the importance of the democratization of education, with a quality education and evaluative practices that form emancipated, autonomous citizens and active participants in society. Teachers are the legitimators of this system, so it is considered their formation no less important and admitting the combination of these surveys, are partial results, which point in the direction of the need for an appropriate assessment that contributes to the arrival of students in higher education and in that, a fair evaluation also contributes to improvements and changes in society.

KEYWORDS: Learning Assessment; Basic education; College education; Evaluative Concepts; Democracy.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o corpo teórico e os resultados parciais de duas pesquisas de mestrado em andamento, ambas abarcando a temática da avaliação em níveis de escolarização diferentes: a educação básica e o ensino superior. Os estudos de caso realizados fazem parte de um conjunto de investigações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul.

A avaliação sempre foi tema gerador de polêmicas no que se refere a encontros, reuniões pedagógicas e conversas entre especialistas da educação, pois ela sempre buscou parâmetros de comparação para selecionar, aprovar ou reprovar. Com isso, passou a ser questionada quando a ideia de educação foi considerada direito de todos e garantia firmada na legislação em vigor.

Em uma sociedade plural, torna-se contraditória a tentativa de padronização de sujeitos, pois cada indivíduo é único e, portanto, apresenta características próprias, o que diferencia os seres humanos entre si, e essas diferenças, são percebidas também nos estabelecimentos de ensino onde a aprendizagem é manifestada de maneiras diferentes em espaços de tempo diversos.

As investigações realizadas ocorreram em dois estabelecimentos de ensino: a primeira em uma escola estadual de ensino médio e a segunda em uma instituição de ensino superior, onde foram identificadas concepções e práticas avaliativas presentes nas falas e nas práticas dos agentes educacionais envolvidos no processo de escolarização.

O embasamento teórico/bibliográfico contou com críticos da educação tradicional, autores defensores da igualdade de oportunidades para todos. Dentre os questionamentos que apresentam, o conceito de avaliação tradicional é tensionado e questões arraigadas no fazer pedagógico são colocadas frente aos desafios que o ensinar e o aprender exigem, mostrando-se ineficazes para alcançar os objetivos de uma escola cidadã.

2 | A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica, como etapa que antecede o ensino superior, apresenta, entre outros objetivos, a preparação dos jovens para a continuação de seus estudos, sempre buscando desenvolver as aprendizagens de maneira a favorecer a autonomia e criticidade dos sujeitos, colaborando para a formação de cidadãos transformadores da sociedade em que vivem. Esses, além de outros objetivos, estão garantidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96).

Há muitos anos, mesmo com a legislação garantindo o direito ao acesso e permanência nas instituições com intenções de oferecer-se uma educação de qualidade, o que se percebe é um alto índice de evasão e retenção escolar, principalmente nos anos finais da educação básica.

O ensino médio é, portanto, terreno fecundo para discussões em torno das dificuldades de garantia ao direito que todos os brasileiros possuem de frequentar uma escola pública de qualidade e que possam assim, concluir seus estudos básicos na idade correta.

Os jovens do ensino médio muitas vezes sentem-se desmotivados frente aos estudos, pois os conteúdos programáticos, muitas vezes, não agregam sentido ao cotidiano. É importante lembrar que muitos alunos dessa etapa de ensino já estão inseridos no mercado de trabalho e conciliam escola e trabalho. Sendo que:

Os jovens, quando falam da escola, em geral, fazem muitas críticas. Mesmo que de forma pouco elaborada, eles revelam um olhar aguçado sobre os problemas da escola pública. A falta de investimentos, as condições de trabalho dos professores, o modo como muitas aulas acontecem, a relação com os professores, tudo isso é objeto de um olhar, às vezes “desencantado” para o universo escolar. (LEÃO; CARMO, 2014, p. 29-30).

A falta de sentido nos estudos abordados na escola pode contribuir para a desmotivação do estudante, o que acaba por dificultar seu entendimento sobre algumas disciplinas. O índice de repetência e evasão escolar costuma ser elevado nessa etapa de ensino e alguns jovens acabam optando pela matrícula em cursos de Educação de Jovens e Adultos ao completarem a maioridade, pois ainda não conseguiram concluir seus estudos em idade prevista. A possibilidade de conclusão e diplomação os incentivam a buscar por vagas melhores no mercado de trabalho e a

ingressar em uma universidade, fatores que, às vezes, contribuem para essa tomada de decisão. Em casos mais graves, o estudante desiste de terminar o ensino médio, abdicando de um direito garantido na legislação brasileira a todos os cidadãos.

Entre a escola e o estudante encontra-se o professor, que muitas vezes sente-se frustrado pela não aprendizagem de seus alunos, aliás, atribuições de possíveis culpas são muito comuns: ora professores são culpados por estudantes não aprenderem, ora os próprios estudantes são culpados pelo seu próprio fracasso, quando não são os problemas familiares os acusados de interferirem no desempenho dos discentes, por isso:

As classes populares queriam escola e o governo deu. Agora, são reprovadas e se evadem, porque “não têm condições” de acompanhar o “nível” do ensino. Tem sua *lógica* o aluno evadir-se da escola, na medida em que sente que não adianta continuar, uma vez que, tendo sido rotulado, estabeleceu-se sobre ele uma “profecia auto-realizante” de fracasso... (VASCONCELLOS, 1998, p. 17).

Não se desprezam eventuais interferências externas em sala de aula, inclusive nos comportamentos dos envolvidos, ocasionadas por problemas pessoais. Mas o objetivo principal concentra-se na tentativa de compreender essas interferências e agir na tomada de decisões que visem a garantia de aprendizagem de todos os alunos, no contexto em que estão inseridos.

A não garantia de conclusão da etapa básica de escolarização pode estar, juntamente com outras ações, contribuindo para a exclusão de uma parcela importante da população. É importante ressaltar que, por vezes, a própria escola contribui para a manutenção da ordem exclusiva estabelecida, reforçando atitudes e hábitos arraigados na sociedade e na própria escola, colaborando por sua vez com a seleção de indivíduos, o que resulta em condicionamento de uma minoria que atinge aos padrões estabelecidos e exclui os demais que são considerados incapacitados. Os mecanismos que padronizam comportamentos são os chamados dispositivos de normalização, que captam, orientam e classificam sujeitos, deixando à margem os que não estão em concordância com o que é estabelecido, os considerados “bacilos” da sociedade, por não se enquadrarem nos moldes de uma educação que segue um modelo de educação que já não atende mais aos desafios da atualidade. Um dos mecanismos que regulam comportamentos pode ser a *avaliação*,

Ela [a avaliação] se tornou uma prática ameaçadora, uma prática autoritária. Mas ela não é isoladamente autoritária. Ela o é, porque está no bojo de um conjunto, de uma Educação entendida como transmissora de informações, que é igualmente autoritária. (SAUL, 1994, p. 65)

É importante uma reflexão em torno da temática da avaliação, pois novos instrumentos avaliativos, que rompem com os modelos estipulados há anos, podem servir de alternativas para uma mudança de prática em sala de aula, contribuindo para uma educação mais democrática,

Muitos fatores dificultam a superação da prática tradicional, já tão criticada, mas, dentre muitos, desponta sobremaneira a crença dos educadores de todos os graus de ensino na manutenção da ação avaliativa classificatória como garantia de um ensino de qualidade, que resguarde um saber competente dos alunos. (HOFFMANN, 1993, p.11).

É preciso entender que características como rigidez nos métodos de ensino, bem como nos resultados em provas e testes, assim como o ensino em disciplinas fragmentadas e isoladas entre si, são algumas das características que ainda perduram nas aulas da escola e da universidade. São resultantes de uma visão moderna do fazer científico, que inicia a partir da revolução científica do século XVI e que tem como modelo os princípios da racionalidade na construção e escolha de métodos, características muito presentes em disciplinas como a lógica, a matemática e as ciências empíricas. Essas disciplinas separam e classificam as partes para posteriormente estabelecer relações entre elas e a totalidade. É o que ainda acontece nos estabelecimentos de ensino. (ANASTASIOU; ALVES, 2006),

Nessa visão moderna de ciência, encontram-se sistematizados os seguintes elementos, presentes ainda hoje: o reforço e a rigidez do método que se torna tão ou mais importante que o objeto de estudo; o desconhecimento do homem como sujeito empírico e sua identificação como sujeito epistêmico; um conhecimento factual que não tolera interferência de valores, dicotomizando sujeito e objeto; a especialização produzindo conhecimento aprofundado de aspectos, porém sem obter processos integrativos; o senso comum tomado como superficial, ilusório e falso, buscando, em sua ruptura epistemológica, o salto qualitativo para o conhecimento científico. (ANASTASIOU; ALVES, 2006, p. 42).

A procura por práticas avaliativas que busquem dar conta da diversidade e das várias formas de manifestação de aprendizagens é o ideal a ser perseguido. Utilizar-se da avaliação como um instrumento de pesquisa para compreender erros, acertos e planejar intervenções, passa a ter um significado humanizador, pois ela passa a ser parte da formação do protagonista no processo educacional: o estudante.

Alguns professores não acreditam na eficiência de uma educação que rompa com padrões pré-definidos, alegando ser uma modalidade de ensino menos rigorosa e ineficaz, a pedagogia do “*laissez-faire*” (FREIRE, 1986, p. 61) - sem comprometimento com a aprendizagem e sem autoridade.

Freire (1986, p.61) repudia o pensamento “*laissez-faire*” quando afirma que:

[...] não posso cair no *laissez-faire*. Por um lado, não posso ser autoritário. Por outro lado, não posso cair no *laissez-faire*. Tenho que ser radicalmente democrático, responsável e diretivo. Não diretivo dos estudantes, mas diretivo do processo no qual os estudantes estão comigo. [...]

Quem planeja as ações e avaliações condizentes às práticas é o docente, que de fato é o “agente ativo no desenvolvimento curricular” (MASETTO, 2003, p. 72), é o que faz o currículo “acontecer em aula”, por isso é a partir do currículo que são

pensados os espaços de aula e planejados os objetivos de aprendizagem. Tem-se aqui, a concepção do professor como mediador, aquele que busca aprender o que o estudante já sabe e o incentiva a buscar de forma autônoma os saberes considerados esperados para atingir os objetivos propostos na área ou disciplina que compõe a formação do estudante:

O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo.

Esta avaliação crítica da prática vai revelando a necessidade de uma série de virtudes ou qualidades sem as quais não é possível nem ela, a avaliação, nem tampouco o respeito do educando. (FREIRE, 1996, p.64).

No planejamento é importante que o docente esteja atento à coerência entre o currículo, as aulas e a avaliação. Ele é quem acompanha o desenvolvimento do estudante a fim de que ele alcance os objetivos da disciplina, bem como é o indicador de como e quais estratégias utiliza para avaliar. A avaliação se define como o “termômetro” da aprendizagem. Entende-se que a *avaliação* está em função da aprendizagem e não ao contrário, ela também está atrelada ao que o professor concebe quanto a aprendizagem e “fazer científico”. Para compreender melhor as concepções de avaliação de acordo com as ideias já citadas no presente artigo, serão apresentadas nas linhas subseqüentes, mais alguns pontos dos estudos realizados em relação às diferenças da *avaliação qualitativa* e da *avaliação tradicional quantitativa*.

Para Saul (2000) a avaliação quantitativa é a que está relacionada com aferição de resultados, com comparação e padronizações. Ao final de um certo período de tempo ela objetiva “medir” o quanto de informações o estudante memorizou durante o processo. Ela também apresenta influência do pensamento positivista e é resultado da corrente neoliberal que compreende a competitividade entre instituições - através de rankings divulgados em meios de comunicação- como qualidade de ensino.

A avaliação qualitativa considera também a subjetividade do processo de aprendizagem e não toma as dificuldades como merecedoras de punição. Sua característica é considerar possíveis erros como ponto de partida para consolidação de aprendizagens e reconstrução de conceitos e vai além da tradicional avaliação tecnicista. É uma avaliação que pode considerar dados quantitativos mas eles não se sobrepõem aos qualitativos (SAUL, 2000).

Saul (2000) utiliza-se da conceituação de avaliação qualitativa, pois criou o paradigma da avaliação emancipatória, que tem como objetivo, a comparação do sujeito consigo próprio e não com padrões estabelecidos previamente e importantes para a contemplação e manutenção de imposições. Ela considera o estudante parte do processo e atuante na sua própria aprendizagem e tem como aliada a avaliação qualitativa. “A Avaliação Emancipatória é processual, diagnóstica, prognóstica, formativa e somativa”. (SEDUC, 2014).

Os estudos realizados apontam que uma avaliação que contemple a diversidade

encontrada em sala de aula necessita de abertura para a democratização de seus instrumentos. Nesse sentido, uma avaliação que busque colaborar com a autonomia e emancipação dos sujeitos é a que mais se adequa ao pensamento na contramão do que sempre foi feito. É a tentativa de ampliação do conhecimento fragmentado e do sujeito observado por partes, onde são desconsideradas as variáveis de seu desenvolvimento como um todo. Considera-se importante que o incentivo a autonomia dos alunos também seja inserido na educação básica através de atividades que contemplem momentos em que os alunos consigam avaliar a si próprios e aos seus professores, no processo dialógico que a avaliação emancipatória sugere, pois:

[...] a abordagem dialógica é muito séria, muito exigente, muito rigorosa, e implica numa busca permanente de rigor, se não se for capaz de demonstrar isso fazendo-o; e não através do discurso, acho que falhamos na nossa proposta”. (FREIRE, 1986, p. 98).

A metacognição fortalece o engajamento do estudante com o seu próprio aprendizado e o empodera para seguir em frente na busca do conhecimento, um grande incentivo da educação básica ao preparar o estudante para o ensino superior.

Entrevistas com professores em uma escola estadual de Caxias do Sul e que compõem os procedimentos investigativos embasados em Moraes (2011), mostram que o trabalho com projetos de pesquisa e a busca pela interdisciplinaridade colaboram para que sejam pensados e elaborados outros instrumentos avaliativos que diferem das tradicionais provas, colaborando para atividades coerentes com a realidade em que se vive, adequados com o que se estuda. Para isso, é necessário planejamento e estudo, caso contrário, a tendência é voltar a praticar o que sempre foi feito e colher os mesmos resultados.

3 | A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A avaliação no ensino superior apresenta suas peculiaridades, não existe educação superior sem que o aluno passe pela educação básica. O ingresso na educação superior também passa por uma avaliação que conhecemos como vestibular, processo seletivo, e envolve avaliar o conhecimento dos alunos para aprová-los ao ingresso na educação superior.

Um breve histórico da universidade no Brasil contextualiza o cenário da educação superior no país onde a primeira universidade teve início com a união de três faculdades na cidade do Rio de Janeiro. Isso ocorreu em 1920 e foi possível por meio do decreto nº 14.343, de 7 de setembro. Mas a universidade não se apresentava exatamente como uma universidade por trazer características de ensino profissionalizante e por estar desarticulada do real sentido de universidade (CAVALCANTE, 2000).

Ainda assim a demanda por essa universidade foi tão grande que no período entre 1960 e 1974, Cavalcante (2000, p.9) destaca que “as instituições de ensino

superior cresceram 286%, o número de cursos por elas mantidos, 176%, e o número de alunos, 1.059%” (2000, p.90). Nestes mesmos anos, “o número de inscritos nos concursos vestibulares cresceu 237% e a oferta de vagas, 240%” (CAVALCANTE, 2000, p.9).

Cavalcante (2000) comenta que, antes da II Guerra Mundial, vieram para o Brasil cientistas, pesquisadores e professores de outros países, que auxiliaram na pesquisa de importância, isso tudo em meio a discussões acerca da universidade ideal. Apresenta ainda a noção de que a Universidade de Brasília, criada em 1961, seria a universidade que os brasileiros queriam. Mas “é criada cinco dias antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases” (p. 10), que não obteve muitos avanços uma vez que surge a Revolução de 1964. Com isso, passa a vigorar em 1968 a Lei nº 5.540, que buscava um padrão de funcionamento para as universidades e que estas fossem mais voltadas para a pesquisa.

Mas ainda nos anos 2000 o número de universidades não era o ideal, dados do INEP apontam para o somatório entre “universidades e centros universitários em um total de 18%” apenas (CAVALCANTE, 2000, p.10). Sendo que como foi mencionado, ainda não chegam exatamente ao conceito que sempre se buscou no Brasil, uma educação superior que não vise apenas ao trabalho, mas contemple a pesquisa e a extensão as relacionando com as necessidades da comunidade.

Outro dado é que “a educação superior no Brasil é predominantemente privada” (CAVALCANTE, 2000, p.11), a autora comenta ainda que o: “[...] número porcentual de instituições não-universitárias privadas se manteve no patamar acima de 70%, o número de universidades públicas baixou para um patamar inferior a 10%, representando uma queda de 56%” (CAVALCANTE, 2000, p.11).

Outro fator é que os recursos financeiros para as universidades públicas são cada vez mais escassos e, por esse motivo, o governo destina parte de suas obrigações com a universidade à iniciativa privada. Logo, “o favorecimento dado às universidades privadas decorre de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos” (SANTOS, 2011, p.20) e, em muitos casos, representam a venda do conhecimento científico e tecnológico. Desse modo, o ciclo continua e a demanda de diferenças sociais causadas pela visão capitalista permanece em cena.

Nesse âmbito, está a inserção tecnológica e a internet, as universidades expandiram seu entorno, atingindo alunos até de outros países, o que lhes permite ultrapassar fronteiras sem sair de casa. E nessa abertura de mercado as possibilidades “incluem educação a distância, aprendizagem *on-line*, universidades virtuais” (SANTOS, 2011, p.23).

O ensino superior no país surgiu para poucos – os mais abastados – em um comparativo com a educação básica classificatória e excludente, que privilegia a formação de uma elite futura, representada por aqueles que permaneciam estudando. Segundo Santos (2006; 2009), “o conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades

contemporâneas não oferece contestação” (SANTOS, 2006, p. 137).

A influência de concepções e práticas avaliativas mediadoras e emancipatórias favoreceram a permanência na educação básica de alunos que na atualidade estão ingressando na educação superior em maior quantidade que nos tempos iniciais das universidades. O que vivemos na atualidade é que a classe que antes não frequentava a universidade hoje está nos bancos escolares, o que pode garantir entre outras coisas, a ascensão e qualificação profissional. Tal acesso foi possível em virtude de muitos programas governamentais (PROUNI, FIES, política de cotas, entre outros) que ampliaram as vagas nas instituições públicas e garantiram a entrada nas instituições particulares dos que não poderiam arcar com seus custos, o que é positivo para o cenário da educação em si.

Da mesma forma ocorreram mudanças na legislação voltada à educação superior, que proporcionaram a implantação e expansão da educação a distância (EaD), assim como o acesso para aqueles que encontravam dificuldade de estudar. Para compreender melhor essas mudanças podemos dizer que após a LDB de 1996, a esse respeito, surgiram:

- Lei nº 10.861, de 14/4/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentada pela portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 2.051, de 9/7/2004;
- Lei nº 10.973, de 2/12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
- Lei nº 11.079, de 30/12/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público/privado (PPP) no âmbito da administração pública;
- Lei nº 11.096, de 13/1/2005 (Medida Provisória – MP nº 213, de 10/9/2004), que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a lei nº 10.891, de 9/7/2004, e dá outras providências. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2005, p.6). Assim:

A lei da educação superior, na versão de 6 de dezembro de 2004, foi o que causou toda a transformação da educação superior no Brasil, esse processo tem se caracterizado por duplo movimento de alternância na valorização das esferas pública e privada, dando-se ora a restrição de uma e a expansão de outra, ora vice-versa, mas mantendo-se com continuidade o crescente caráter mercantil das instituições de educação superior, com graves consequências para sua autonomia e seu financiamento, assim como para a organização do Sistema Federal da Educação Superior; enfim, para sua identidade institucional. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2005, p.6)

As exigências do mercado de trabalho também incentivaram a procura pelo

ensino superior, visto que algumas vagas de emprego requisitam diploma. Contudo, a educação superior passa por um momento de privatização, onde o conceito de universidade está sendo afetado pela demanda da mercantilização. Com isso, o questionamento maior é acerca da qualidade da educação superior e essa é uma demanda da avaliação da aprendizagem, que pode comprovar em sua prática a qualidade educativa universitária, que contempla a criticidade, autonomia e emancipação dos sujeitos dessa aprendizagem que contribuem para a sociedade.

Assim, “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p.58). O respeito, diz Freire, valoriza a ética educativa e o vínculo entre educador e educando, na relação existente entre esses atores no cenário educativo, pois “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 11). Para Saul (2008, p. 22), “o paradigma da avaliação emancipatória inclui os conceitos de emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa”.

Na ecologia de saberes, um conceito de Santos (2006), que se baseia na diversidade cultural nas universidades e que a relaciona com as epistemologias do Sul, avaliar é perceber o processo evolutivo, sem limitar o conhecimento, valorizando a diversidade educativa, então, a avaliação precisa ser emancipatória (SANTOS, 2006).

Conforme Dias Sobrinho (2008) o foco da avaliação é, a formação de seres humanos, que devem ser preparados para uma sociedade “mais elevada, justa e digna” (p.198). O mesmo autor também define os fins da educação como: “a formação cidadã-profissional-ética-moral-política-técnica; a elevação e o desenvolvimento material, cultural, espiritual da sociedade; o avanço da ciência e o fortalecimento dos valores democráticos” (DIAS SOBRINHO, 2008, p.198). Por todos esses motivos a avaliação na educação superior é essencial e pode mudar o contexto social a sua volta por meio das pessoas.

Unem-se aqui dois estudos de caso e apresentam-se constatações parciais destes, com base em uma investigação sobre o contexto da avaliação da educação básica e na educação superior, a escrita foi tecida por meio do aporte teórico apresentado, que considerou metodologicamente a pesquisa bibliográfica sobre esse tema de acordo com o que apresenta Paviani (2009) quando considera que “o quadro teórico consiste na articulação racional de conceitos e proposições, de diversos autores ou teorias, que orientam a investigação, justificando a escolha do método e de outros procedimentos” (p. 125). Também se estabeleceu a relação entre as duas pesquisas visando chegar a entendimentos e considerações com base na análise de conteúdo de Bardin (2004) que colabora para a compreensão da educação e da avaliação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer um rastreamento teórico sobre avaliação da aprendizagem no contexto da educação básica em comparativo ao da educação superior, procurou-se entender as demandas provenientes de suas particularidades. Na educação básica as concepções e práticas avaliativas acabam por gerar evasão escolar à medida que o aluno percebe não fazer parte desse meio, o que também é uma realidade na educação superior. No entanto, na educação superior é necessário perceber também a qualidade da aprendizagem do aluno, assim como a possibilidade de tornar esse aluno um autônomo, emancipado e crítico de sua própria realidade. Se em algum aspecto a educação básica falhou, ou deixou passar lacunas na aprendizagem, mesmo que identificadas na prática avaliativa, é justamente na educação superior que esse aluno poderá transformar essas falhas em aprendizagem.

Educação é política e por isso questionar a privatização da educação é estar com foco nas alterações que podem não estar facilitando o trabalho docente e a formação de uma sociedade, mais crítica, mas equilibrada. Outras percepções comuns são que avaliar deve ser um processo respeitoso, ético, diagnóstico, democrático, emancipador e que favoreça a autonomia, sendo o aluno, protagonista da própria aprendizagem, fazendo parte da escolha da prática avaliativa em si.

Há ainda a percepção de que as avaliações valorizem a aprendizagem, sem excluir e classificar, mas visando a permanência desses estudantes tanto na escola como na universidade, o que não significa aprovar sem critérios, mas desenvolver e ensinar até que seja possível a aprendizagem, desenvolvimento e mudança destes. Uma alternativa de mudança social é a educação e está passa pela avaliação, assim como não existe educação superior sem educação básica e ambas necessitam ter qualidade.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 6.ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa Edições 70. Lisboa, 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 out. 2016.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640; 8). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000095.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação Educativa**: Produção de sentido com valor de formação. Avaliação, Campinas, v. 13, n. 1, p.193-207, mar. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LEÃO, Geraldo; CARMO, Helen Cristina do. **Os Jovens e a Escola**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico**. Caxias do Sul: Educus, 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO: A NOVA LEI DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?. Rio de Janeiro: Scielo, n. 29, jan. 2005. Quadrimensal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a02.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **ENCONTRO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO ESCOLAR**. [evento]Rio Grande,2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006. 4 v.

SAUL, Ana Maria. Referenciais freireanos para a prática da avaliação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 25, p.17-24, nov. 2008. Mensal.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SAUL, Ana Maria Avela. A avaliação Educacional. **Centro de Referência em Educação Mário Covas**. São Paulo, SP, n.22, p. 61-68, 1994. Disponível em:<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p061-068_c.pdf>. Acesso em: 18 jun.2017.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educ. Pesqui**, São Paulo, SP. v.41, n. especial, p.1299-1311, dez. 2015.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. (Trad. Adriana Lopez; Rev. Lólio Lourenço de Oliveira). **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 1998.

SOBRE A ORGANIZADORA

Jaqueline Fonseca Rodrigues – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia – vol. 1 - (2018)”; “Conhecimento na Regulação no Brasil – (2019)” e “Elementos da Economia – vol. 2 - (2019)” – “Inovação, Gestão e Sustentabilidade – vol. 1 e vol. 2 – (2019)” pela ATENA EDITORA e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 68, 151, 152, 153, 154, 157, 161, 162, 256, 295, 297, 298

Avaliação da aprendizagem 49, 58, 59, 68, 133, 138, 173, 176, 248

C

Capacitação 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 134, 135, 153, 179, 198, 202, 203, 204, 206, 235, 301, 305

Classes multisseriadas 139, 140, 146, 148

COMUNG 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71

Concepções avaliativas 49

Concorrência 86

D

Democracia 47, 49, 74

Desafios 2, 37, 39, 47, 49, 51, 52, 60, 67, 74, 84, 95, 97, 101, 105, 108, 109, 111, 112, 125, 136, 165, 183, 186, 195, 199, 214, 216, 223, 228, 229, 230, 240, 248, 249, 251, 256, 257, 294, 295, 297, 301, 302

Deserção acadêmica 86

Docência no ensino superior 62, 70

Docência universitária 61, 62, 70

E

Educação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 114, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 149, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 227, 228, 229, 230, 235, 236, 240, 248, 252, 257, 264, 269, 271, 276, 295, 296, 298, 299, 301, 302

Educação básica 1, 2, 3, 7, 9, 22, 37, 38, 39, 47, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 86, 87, 90, 91, 93, 114, 116, 120, 121, 124

Educação em enfermagem 126, 130, 131

Educação superior 18, 39, 47, 49, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 65, 70, 71, 72, 73, 85, 89, 94, 96, 100, 112, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 199, 218, 221, 230, 269, 276

Engajamento acadêmico 96, 109, 112

Engajamento docente 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 125

Engajamento em rede 114, 115, 116, 117, 118, 120, 125

Engajamento estudantil 105, 107, 111, 112, 116, 117

Ensino aprendizagem 38, 47, 81, 162, 247

Ensino em saúde 126, 130

Envolvimento 7, 38, 102, 105, 106, 108, 109, 117, 119, 124, 163, 165, 166, 167, 170, 200, 245, 262, 263

Escrita narrativa 1, 3, 9

F

Formação continuada 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 62, 67, 78, 139, 140, 141, 142, 201, 205, 242, 251
Formação em rede 61, 62, 65

G

Gestão universitária 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85

I

Inovação pedagógica 139

Inserção acadêmica 139

Interlocução docente 139

M

Metodologia 5, 7, 22, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 49, 70, 90, 91, 94, 99, 114, 118, 120, 124, 126, 153, 163, 164, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 202, 224, 228, 233, 239, 246, 249, 253, 259, 263, 268, 269, 301, 308, 314

Metodologia da problematização 37, 38, 40, 41, 43, 46, 47

Multicampia 73, 74, 78, 79, 82, 84

P

Participação 14, 37, 38, 40, 41, 46, 64, 68, 69, 70, 77, 80, 100, 102, 105, 108, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 133, 145, 146, 148, 154, 161, 165, 168, 189, 193, 214, 218, 227, 255, 273, 275, 293, 294, 295, 298, 311

Pedagogia 9, 11, 37, 38, 39, 42, 43, 47, 53, 60, 68, 69, 91, 100, 103, 104, 136, 141, 143, 149, 150, 164, 165, 171, 195, 196, 206, 212, 218, 229, 250, 251, 301

Planejamento 5, 8, 9, 43, 54, 55, 67, 68, 74, 77, 79, 82, 83, 86, 121, 135, 139, 142, 145, 148, 168, 175, 183, 194, 195, 212, 221, 239, 244, 259, 260, 261, 273, 292, 314

Plataforma acessível 151, 155, 156, 158, 162

Possibilidades 5, 6, 11, 56, 58, 83, 86, 95, 97, 98, 101, 102, 105, 109, 111, 112, 135, 137, 165, 166, 170, 179, 183, 188, 198, 199, 202, 216, 248, 250, 276

Prática educativa 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 99, 171, 222, 228, 229

Prática pedagógica 3, 4, 9, 11, 47, 116, 163, 202, 218, 222, 228, 253

Projeto 2, 5, 38, 40, 46, 63, 65, 70, 91, 92, 93, 108, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 139, 141, 142, 148, 157, 163, 166, 167, 168, 170, 200, 202, 203, 213, 218, 220, 223, 224, 226, 228, 231, 232, 249, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 266, 269, 270, 271, 275, 293, 297

R

Recursos econômicos 86

Rede de pesquisa 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125

Reflexão 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 38, 44, 52, 137, 139, 142, 145, 146, 166, 167, 168, 169, 184, 187, 190, 191, 198, 199, 202, 204, 208, 211, 215, 216, 220, 231, 232, 244, 259, 261, 263, 264, 267, 269, 275, 299

S

Saúde docente 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22

Sistema educacional 45, 86

Surdos 151, 153, 154, 155, 161, 162

T

Tecnologias digitais 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 126, 127, 129, 132, 134, 137, 162, 182, 186, 187, 189, 200, 201, 202

Trabalho 4, 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 89, 92, 93, 114, 115, 116, 119, 124, 126, 129, 135, 138, 143, 144, 146, 147, 148, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 175, 179, 180, 181, 182, 184, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 216, 221, 223, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 239, 241, 242, 246, 247, 252, 254, 256, 257, 259, 260, 263, 264, 266, 267, 270, 275, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 303, 305

Trabalho docente 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 47, 59, 198, 199, 201, 202, 206, 207, 216

U

Universidade 12, 23, 37, 38, 39, 40, 42, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 93, 94, 100, 101, 104, 108, 114, 115, 116, 118, 123, 124, 125, 126, 129, 137, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 151, 153, 179, 180, 208, 218, 219, 220, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 266, 268, 270, 276, 292, 297, 302, 303, 314

Usabilidade 151, 153, 154, 161

V

Validação 151

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-687-4

